

## NAS FRONTEIRAS DO PAPEL: A CARTOGRAFIA HISTÓRICA E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO CEARÁ.

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

### Resumo

No mundo moderno, sobretudo no século XIX, quanto mais complexo era o Estado, maior a necessidade de ampliação de seu território e o poder sobre este espaço. Este imperativo conduziu a uma necessidade técnica: a produção de mapas que permitissem a compreensão e a manipulação do território. Assim, a cartografia histórica, no Brasil do século XIX, cumpriu uma função dentro do processo de formação do Estado Nacional: conscientizar o governo imperial sobre o território nacional e dar condições para sua produção dentro dos limites do que era considerado moderno. O Ceará, assim como outras províncias brasileiras, foi moldado/fabricado a partir desses imperativos, uma vez que modernizar o território cearense era, em última instância, modernizar o Brasil. Nesta proposta, serão analisadas duas sequências de quatro mapas que, na realidade, se tratam de diferentes projeções cartográficas oriundas de um mesmo projeto/desenho – o mapa do Ceará de Silva Paulet, de 1817 – são atualizações e reformulações desse mapa pelo próprio Silva Paulet e por outros cartógrafos. Dessa forma, importa analisar até que ponto o mapa de Antonio José da Silva Paulet projetava o território e a província do Ceará, uma vez que se tratava de um espelho fiel para aquele território, coincidindo já com os traços atuais. Em que medida a produção do espaço cearense na cartografia se constituía num ‘projeto político para o futuro’. Este artigo, utilizou as inovações da tecnologia da informação - os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) -, para a reprodução e análise dos mapas selecionados para estudo. Perseverando, nesse sentido no esforço sempre proveitoso do estudo interdisciplinar, que integra os conhecimentos inscritos nos campos da História, Informática e Geografia.

### Introdução

Essa análise se baseia no estudo de uma sequência de mapas produzidos no início do século XIX que delimitavam o território cearense. A sequência de quatro mapas foi constituída por algumas tentativas de atualizar, redesenhar, modificar ou até corrigir a *Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará. Levantada por ordem do Govor Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante d’ordens Antonio Joze da Sa Paulet 1817*<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Arquivada no Gabinete de Estudo Arqueológico de Engenharia Militar (Geaem), Lisboa.

pelo próprio Silva Paulet<sup>2</sup> e por outros cartógrafos. Mapa este sui generis para pensar o território cearense porque foi o primeiro a trazer uma delimitação espacial para o Ceará, no final do período colonial, que já apresentava os traços do atual mapa do território cearense. Feito que impressiona, sobretudo porque o Ceará foi colonizado muito tardiamente em relação a outros territórios do litoral brasileiro – apenas no final do século XVIII. Mas também porque ela foi considerada a documentação cartográfica a partir da qual “uma nova etapa de desenvolvimento material” no Ceará foi possível, assim como “sua autonomia política em relação à capitania de Pernambuco” (CASTRO, 1997).

As cartografias antigas constituem um rico material de pesquisa, repleto de indícios e sinais de relações sociais estabelecidas em sua produção e que constituem elemento fundamental à investigação histórica. Elas cumprem o papel social de evidenciar indícios do processo de produção do território nacional na segunda metade do século XIX, uma vez que é entendida como parte integrante e um dos produtos do projeto de uma moderna Nação brasileira, preconizada no âmbito do governo imperial. Nesse sentido, ela é compreendida como fato, o traço desenhado no papel, mas também como fábula, porque esses mesmos traços indicam negociações, tensões, ajustes e desajustes que muito podem sugerir sobre o processo de delineamento dos espaços e dos poderes ali inscritos.

Os desenvolvimentos de tecnologias no campo da informação são uma realidade outorgada aos diversos campos do saber nesse início do século XXI. Com ela, a produção de sistemas gráficos, tabelas, cartografias tornaram-se possíveis e ampliaram as possibilidades de análise e reflexão de dados em estudos das mais diversas áreas, dentre elas: economia, física, demografia, etc. Na Geografia, disciplina inscrita dentre as ciências humanas, o Sistema de Informações Geográficas (SIG)<sup>3</sup>, por exemplo, tem

---

<sup>2</sup> Antônio José da S. Paulet, chegou ao Ceará em 1812 como ajudante de ordens de Manoel Ignacio de Sampaio, o último governador da capitania do Ceará. Em 07 de abril de 1816 Manoel Ignácio de Sampaio pronunciou-se requerendo a Paulet a elaboração de uma "Carta Geográfica" não restrita ao litoral, que apresentasse os limites geográficos do restante da capitania, (Arquivo Público do Estado do Ceará) sendo feita então a carta da capitania do Ceará [Cartográfico]: levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antônio José da S. Paulet – 1817/ 1818.

<sup>3</sup> No Projeto *Ceará de Papel: cartografias, computadores e pesquisa histórica*, a qual esta pesquisa está relacionada, foi desenvolvido um trabalho que integrava o estudo de cartografias com o Sistema de Informações Geográficas (SIG), mais especificamente o ArcGIS. Aqui foram usados os mesmos procedimentos metodológicos e, assim, ampliadas as possibilidades de análise e reflexão de quatro mapas do Ceará, todos produzidos na segunda metade do século XIX. O referido Projeto tem apoio do Edital Universal do CNPq.

contribuído para o estudo de espaços e paisagens geográficas. O uso desse sistema tem permitido a elaboração de mapas que auxiliam diretamente na interpretação do território brasileiro.

As possibilidades de uso dessas tecnologias no que diz respeito à pesquisa de cunho historiográfico são inspiradoras, sobretudo no que concerne à produção e reprodução de mapas antigos ou novos, haja vista que existe um conjunto significativo de cartografias do Brasil e suas diversas regiões, produzidas nos períodos colonial e imperial. No entanto, a utilização de sistemas de informação tem pequena adesão entre historiadores, mesmo os sistemas de informação que envolve as pesquisas na Geografia, disciplina muito próxima à história pela sua reflexão em torno do Espaço habitado, como o referido SIG. Tal realidade prejudica sensivelmente o desenvolvimento de pesquisas que muito poderiam contribuir na compreensão das relações historicamente estabelecidas pelo homem com o ambiente - no caso dessa proposta de pesquisa, com a produção do território cearense na segunda metade do século XIX.

Os sistemas de informação geográficos, aliados à pesquisa histórica, contribuem diretamente no campo de estudos da cartografia histórica. Por sua característica de produção de mapeamentos diversos, é possível trabalhar na recuperação e preservação de mapas antigos, cujos traços estejam se perdendo no processo de envelhecimento do papel. Ou, mais do que isso, permitem o cruzamento de mapas ou desenhos de regiões que impliquem na percepção da própria compreensão do espaço estudado, da ideia de região, de tempo, de estratégias de ocupação e uso do ambiente. No caso de estudos que envolvem mapas de territórios geopolíticos, como a demarcação de um Estado, ou do território em seu interior, a análise da cartografia produzida pode contribuir para a compreensão dos jogos de poder que permeiam esse desenhar que é político, social, ambiental e econômico; e que envolve uma diversidade significativa de relações com o espaço.

Desse modo, neste artigo foram analisadas relações de poder estabelecidas entre o desenho de um território no interior de uma nação, que se pretende constituir nos moldes civilizados, à moda europeia, e a própria produção de um saber cartográfico no Brasil do início do século XIX.

## Mapas e Espaço.

Para estabelecer uma reflexão sobre cartografias históricas no Ceará dois conceitos são fundamentais: mapa e espaço. Longe de constituírem-se um consenso, ambas as noções tem sido um complexo objeto de estudo para historiadores e geógrafos, principalmente. Esses pesquisadores têm demonstrado as implicações políticas que tais conceitos encerram: jogos de poder, tensões e conflitos em sua produção. Aspecto que contribui diretamente para esta proposta, cujo interesse se volta para destacar, nesses desenhos, a formação de um Estado Territorial cearense e os conflitos e tensões subjacentes a essa produção.

Um mapa ou representação cartográfica, longe de apresentar uma verdade, reprodução exata, sobre qualquer ambiente, é uma interpretação possível dele, para a qual também contribuíram inúmeras relações nele e com ele estabelecidas. Conforme Fernand Joly (1990, P. 7-8), “mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade. Ele é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados”. Sobretudo porque a cartografia é a representação numa face plana da superfície terrestre que é curva, operação que agrega uma série de dificuldades. Mas também porque, através de símbolos, o mapa científica sobre formas, objetos, fatos e relações contidas no espaço que procura representar. Nesse sentido, o mapa pode ser compreendido como instrumento que localiza, orienta, avalia distâncias e também convence.

No entendimento de Deleuze e Guattari (1995), o mapa está relacionado à construção de um inconsciente que se conecta em seus múltiplos pontos, permitindo infinitas variações de suas linhas, não se extingue. Ele é a consciência do ambiente e, portanto, das inúmeras possibilidades de apreendê-lo, de percorrê-lo, de fazê-lo e desfazê-lo. Pode ser construído como meditação, como ação política, e mesmo como obra de arte. É o sempre imprevisível, não segue uma sequência lógica e hierárquica. Ele pode ser o que for a qualquer momento, fora da operação binária de novo e antigo.

Para compreender o mapa (ou vislumbrar sua multiplicidade de linhas) é válido, no entanto, projetar os decalques sobre os mapas. Os decalques são possibilidades estabelecidas e organizadas do mapa. São parte dele, lhe compõem, ainda que não

definitivamente: sob pena de anular o mapa, de transformá-lo num outro decalque. Mas são sinais do mapa. O cruzamento de dois ou mais decalques pode ajudar a entrever a multiplicidade do mapa.

Nesse sentido, a cartografia é pensada: sobretudo deve ser considerado o termo mapa. Para essa área do conhecimento, a referida palavra designa a projeção de um ou mais caminhos sobre uma superfície plana. É a imagem ou desenho de percursos ou espaços podendo agregar uma série de informações sobre o local que estiver em questão. No entanto, essa representação, na ideia de Deleuze e Guattari, é precisamente o decalque. Ela não expressa uma consciência do ambiente com toda sua intensidade e agenciamentos possíveis. Antes, é uma cristalização de certas linhas e estruturas, construída a partir de determinados interesses.

A base cartográfica de Silva Paulet aqui considerada convencia a respeito de um Ceará e o inventavam, pouco a pouco. Nas linhas assinaladas no papel era formado um corpo simbólico para o Ceará, que legitimava a sua ocupação e instituía o espaço para um poder público. Esforço que já havia sido necessário aos colonizadores pois, conforme Régis Lopes (2012, p. 25-26), “antes da colonização, o Ceará não existia, nem fazia falta. O que havia era o trânsito de populações articuladas em culturas mais ou menos particulares, sem dependência da escrita e com vida vinculada aos poderes da natureza”. Assim, no desenhar de uma geografia para o Ceará era instituído um novo começo para ele, diverso do que havia sido proposto nas cartografias anteriores, do período colonial. Na segunda metade do século XIX, era-lhe ‘dado outro sentido’ histórico, à medida que também apagava a memória nativa e as formas do Ceará colonial.

Dessa forma, o Ceará como Estado territorial foi inventado na cartografia. É nítido o uso desse tipo de representação como meio de assegurar o domínio e manipulação sobre terras ‘desconhecidas’ dos administradores da Província e do Império. Conforme David Harvey (2010, p. 224-225), essa relação era possível pela aplicação de princípios matemáticos “tal como a óptica, a todo problema da representação do globo numa superfície plana. [E] como resultado, parecia que o espaço, embora infinito, era conquistável e manipulável para fins de ocupação e ação humanas. O espaço podia ser apropriado na imaginação de acordo com princípios matemáticos”.

No que concerne ao conceito de espaço, tão importante quanto o de mapa ou cartografia para esta proposta, cabe ressaltar que espaço, longe de uma separação entre lugar e mundo físico, típico da ciência clássica, é aqui entendido como sendo o mundo percebido. Em outras palavras, o espaço é um *emaranhado de forma e conteúdo*, ele é a disposição dos objetos no espaço – e estes nunca estariam em “identidade absoluta consigo mesmos” (MERLEAU-PONTY, 1940, p. 28). De tal forma, observou Maurice Merleau-Ponty (1940, p. 30), que “torna-se impossível distinguir rigorosamente o espaço e as coisas no espaço, a pura ideia do espaço e o espetáculo concreto que os nossos sentidos nos dão”. Concluindo-se, portanto: o espaço se torna uma camada, provavelmente a mais profunda, da paisagem, não podendo se dissociar dela.

Nessa perspectiva, o espaço “já não é este meio das coisas simultâneas, que um observador absoluto, igualmente próximo de todas elas, poderia dominar, sem ponto de vista, sem corpo, sem situação espacial (...)” (MERLEAU-PONTY, 1940, p. 30). O espaço não é estático, mas, conforme Milton Santos, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar à outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social”. Dessa maneira, o espaço geográfico assume um sentido amplo composto por objetos do mundo natural e objetos sociais, que se transformam ‘em tempo, velocidade e direção diferentes’. Ele é, em última instância, representação ativa de modos de vida e de relações sociais (SANTOS, 2009, p. 54).

Durval Muniz de Albuquerque Junior, mesmo partindo de uma perspectiva teórica (pós-moderna) oposta ao marxismo de Milton Santos, apresentou pontos de convergência sob certos aspectos no que diz respeito a essa percepção sobre o conceito de espaço. Para Durval Muniz (2008, p. 51), o espaço está em constante mudança, ou como criação, “não apenas receptáculos passivos ou cenários dos acontecimentos humanos”. Nesse sentido, o espaço é compreendido como mutável e como algo que se transforma. Não é modificado pelo tempo, mas o tempo está em seu interior. Ele está em “ebulição, sujeito a fenômenos de dissipação, de flutuação, de entropia, de auto-criação”.

Essa compreensão dos conceitos de mapa e espaço se trata de peça chave para o desenvolvimento desta pesquisa. Posto que, a reprodução de cartografias históricas, a partir da utilização de tecnologias da informação geográfica, e a compilação dos dados

encontrados com a confrontação das mesmas, paralela à investigação dos interesses e relações estabelecidas na produção dos mapas, contribuirá diretamente para a análise das construções, manipulações e a fabricação do território cearense na segunda metade do século XIX.

### **Mapas e poder**

Estudos como este, que envolvem mapas de territórios geopolíticos, como a demarcação de um Estado, exigem uma reflexão dos jogos de poder que permeiam esse desenhar dos limites geopolíticos do Ceará e que envolve apreender uma diversidade significativa de relações com o espaço. A análise da cartografia produzida pode contribuir diretamente para tal compreensão, uma vez que esses jogos de poder eram constituídos no processo de apreensão do território cearense, mas também de constituição do autor do mapa como um cartógrafo respeitado pelos seus pares e pela Coroa. Cabe mencionar ainda que, tamanho foi o sucesso alcançado pela projeção de Silva Paulet para os limites geopolíticos do Ceará (vide mapa abaixo), seu nome foi indicado para ser autor da produção da carta cartográfica do Brasil anos mais tarde (JUCÁ, 2012).



Figura 1: Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio (1018).<sup>4</sup>

O Ceará, como parte da Nação brasileira, necessariamente devia ter Tempo (passado) e Espaço (território) bem delimitados. Nas palavras de Régis Lopes (2012), esse processo se tratava de uma operação intelectual feita entre os homens letrados da Nação que dava tempo ao espaço e espaço ao tempo. Nesse processo, a cartografia surgia como instrumento de apreensão e de organização do espaço, que informava sobre o território e, ao mesmo tempo, o produzia. Assim, o desenho fabricado cumpria um papel específico de demarcação de propriedade – quando apresentava consciência dele e de

<sup>4</sup> Projeções do mapa em ArcGIS e finalização do artigo em breve.



relações nele estabelecidas – no interior de tensões constituídas nos marcos da implementação da lei de terras e da expansão ferroviária no Brasil. A relação estabelecida com a cartografia, nesse momento, é de afirmar a posição dos indivíduos diante do território, mas também, e principalmente, de produzir um Estado Territorial.

Nessas circunstâncias, importa compreender que expressões geográficas foram desenvolvidas ao longo deste processo, de produção dos mapas para o Ceará no século XIX e da consolidação do engenheiro como intelectual por excelência neste assunto, para designar os sistemas sociais instituídos na nação brasileira. Os mapas produzidos no âmbito da administração pública são carregados de juízos de valor e contém em suas linhas os sinais de um diálogo estabelecido em correspondência a um mundo socialmente construído. Portanto, torna-se imprescindível perceber e compreender os códigos e campo de possibilidades da imagem cartográfica, seus modos sociais de produção, troca e utilização, posto que, tais indícios contribuirão na compreensão de como se constituiu o ofício da produção de cartografia no século XIX, no Ceará, e no Brasil.

Nesse processo, cumpre destacar eram paulatinamente estruturadas as novas exigências para a produção de uma cartografia moderna. Não por acaso, a instituição do IHGB, em 1838, constituía como metade de seus membros, 25 deles, os geógrafos: circunstância que sugeria o interesse em estabelecer os limites do território considerado nacional, e, em seu interior, as suas províncias, mas também indicava o espaço que a cartografia ganhava no Brasil. Em sequência, deve-se pontuar a consolidação da engenharia, com a fundação do Instituto Politécnico no Rio de Janeiro, e os engenheiros, a maioria formado nesse instituto, como os grandes articuladores do espaço moderno para o país e autoridades a serem respeitadas nesse assunto. O Instituto Politécnico passa a ser um lugar privilegiado para o desenvolvimento da cartografia no Brasil.

Estudar a produção de mapas históricos produzidos por Silva Paulet, em 1818, as duas correções deste mapa feita por autor desconhecido, e as duas projeções de Joseph Schwarzmann e Carl Friedrich Philipp von Martius, datadas de 1830 e 1831, todos partindo do desenho de Paulet (primeiro mapa a circunscrever os limites do território cearense atual), o redesenhando, atualizando ou corrigindo, contribui diretamente para compreender-se que Estado era inventado pelos produtores daquelas cartografias, que

jogos de interesse estavam postos naquele momento, ou ainda, como o Ceará foi projetado para integrar a Nação brasileira, que era também fabricada.

### **Referências Bibliográficas**

ALONSO, Ângela. *De positivismo e positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 42, p. 109-134, 1996.

CASTRO, José Flávio de Moraes. *Georreferenciamento e Cartometria dos Mapas da Capitania de Minas Gerais elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 e 1793*. Soc. & Nat., Uberlândia, 25 (3): 581-593, set/dez, 2013.

CORTEZ, Ana Isabel R. P.; FUNES, A. Eurípedes; MAIA NETO, Emy & RIOS, Kenia S. *História e Natureza: capítulos de História Social*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

DAVES, Mike. *Holocaustos Coloniais. Clima, fome e Imperialismo na formação do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. SP, Globo, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930; Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964*. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 1989.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Julho/ agosto/ setembro, Vol. 4, Ano IV, nº 3, 2007.

HARLEY, Brian. *Mapas, saber e poder*. Confins [Online], 5 | 2009, posto online em 24 abril 2009. URL: <http://confins.revues.org/index5724.html>, pp.01-23.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LOPES, André Luís Borges. *“Sanear, prever e embelezar” : o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitaria e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do*

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

*Sul (1908-1929)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS, Ana Isabel RPC. *O Espaço a serviço do Tempo: A Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

SILVA, Wendell Guedes da. *A todo vapor! Formação de trabalhadores na Estrada de Ferro de Baturité (1877-1880)*. Dissertação. Programa de Mestrado Acadêmico em História. Fortaleza, 2013.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *Georreferência de mapas históricos: casos de Cartagena de Índias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial*. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 517-546, 2015.